A violência senhorial nas Inquirições Gerais de 1288 e Sentenças de 1290

The manorial violence in the General Inquisitions of 1288 and Sentences of 1290

João Castro Portugal
Universidade de Coimbra, Centro de Historia da Sociedade e da Cultura
j.castro.portugal@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2247-5686>

Texto recebido em / Text submitted on: 28/02/2022

Texto aprovado em / Text approved on: 11/07/2022

Abstract

Violence cuts across all societies, present and past. And in medieval times, violence was perceived very differently from today. Violence in many cases was considered lawful, and even necessary, by the men of those times.

The main aim of this article is to understand the violence of the manorial nature in Portugal at the end of the 13th century, through the testimonies registered in the General Inquisitions of 1288 and the respective sentences of 1290. It is also a purpose to understand, in the context of the struggles between the different powers, if the relationship between the manorial world and the policies of centralisation of the royal power resulted in violent actions. To this end, the different practices of violence, their justifications, agents and victims were analysed, and the monarch's action in controlling violence was scrutinised, thus allowing an understanding of the existing tensions, their circumstances and intentions.

Keywords: Violence; General Inquiries; Manorial Power; Royal Power; Manorial Abuses.

Resumo

A violência atravessa todas as sociedades, presentes e passadas. E em tempos medievos, a violência era percebida de forma muito diferente da dos nossos dias. Em muitos casos era considerada lícita, e até mesmo necessária, pelos homens desses tempos.

O presente artigo tem como objetivo principal compreender a violência de cariz senhorial em Portugal nos finais do século XIII, através dos testemunhos registados nas Inquirições Gerais de 1288 e das respetivas sentenças de 1290. É também um desígnio entender, no contexto das lutas entre os diferentes poderes, se a relação entre o mundo senhorial e as políticas de centralização do poder régio resultaram em ações violentas. Para tanto analisaram-se as diferentes práticas de violência, as suas justificações, os seus agentes e as suas vítimas, bem como se procurou escrutinar a ação do monarca no controlo das práticas violentas, permitindo assim entender as tensões existentes, as suas circunstâncias e as suas intenções.

Palavras-chave: Violência; Inquirições Gerais; Poder Senhorial; Poder régio; Abusos Senhoriais.

Introdução

Estudar e entender a violência praticada em contexto senhorial, nos finais do século XIII, através dos testemunhos registados nas Inquirições Gerais de 1288, é o nosso desígnio.

A sociedade medieval não se definia por uma cultura de violência, não se considerando esta como ilimitada e anárquica, mas, antes, inerente ao contrato social existente. Era justamente o recurso à violência que permitia aos indivíduos afirmarem-se individual e coletivamente, confirmando, nos limites do seu uso, a categorização social e o estabelecimento de hierarquias¹.

A violência tem, para alguns historiadores, uma função transicional, operando como um motor para os avanços da sociedade². São disso exemplo as teorias marxistas sobre a sua função no período medieval, derivadas do conceito de materialismo histórico, segundo o qual as contradições estruturais da própria sociedade se multiplicam, dando origem a dinâmicas transicionais que definem a evolução histórica da sociedade³.

A necessidade de enquadrar e entender as ações violentas na sociedade medieval tem levado muitos historiadores a debruçarem-se sobre esta temática, questionando a violência como meio de regulação social, tal como ela sempre foi considerada, conferindo-lhe uma nova perspetiva, reconsiderando-a através de uma abordagem antropológica, multidisciplinar e diacrónica, com o objetivo de enriquecer o esforço secular para mapear os meandros das práticas violentas⁴. O recurso à força, em certas circunstâncias, não era considerado algo mau ou perturbador da ordem, mas sim algo intrínseco à sociedade e,

¹ Claude Gauvard, “La violence commanditée. La criminalisation des ‘tuers à gages’ aux derniers siècles du Moyen Âge”, *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. vol. 62, no. 5 (2007), p. 1005-1029.

² Confronte-se, entre outros, Robert Muchembled, *Uma História da Violência – do final da Idade média aos nossos dias*, Lisboa, Edições 70, 2014; Roberto Esposito, “Comunidad y violencia”, *Anales De La Educación Común*, vol. 6 (2011), p. 75-88; Norbert Elias, *O processo civilizacional*, 2 vols, Lisboa, Dom Quixote (2ª edição), 2006; Pierre Bonnassie, *Cataluña mil años atrás (siglos X-XI)*, Barcelona, Península, 1988.

³ Rodney Hilton, *Siervos liberados. Los Movimientos Campesinos Medievales y el Levantamiento Inglés de 1381*, Madrid, Siglo XXI, 1985; Hipólito Rafael Oliva Herrero, “Vols, force et mort d’hommes. La violence seigneuriale dans le royaume de Castille à la fin du Moyen Âge”, *Criminocorpus* (on-line) (2021) (<http://journals.openedition.org/criminocorpus/9224>).

⁴ Cite-se, entre outros, Lyn Blanchfield, “The Problem of the Urban Pig: Violence and Civic Order in the Late Medieval Italian City-State” in Maria Cristina Pimentel e Nuno Simões Rodrigues (eds.), *Violência no Mundo Antigo e Medieval*, Lisboa, Centro de Estudos Clássicos, 2017, p. 175-186; Vincent Challet et Jean-Philippe Juchs, “Nouveaux regards sur la violence seigneuriale: signification et sens social des désordres nobiliaires”, *Criminocorpus* (on-line) (2021), (<http://journals.openedition.org/criminocorpus/9173>); Angus Mackay and Geraldine

muitas vezes, necessário; considerada certa ou errada, dependia dos motivos, de quem a pratica e de quem a sofre.

Portanto, para entendermos a violência no mundo medieval, é necessário compreender quando é que o seu uso é considerado legítimo ou ilegítimo, mesmo em contexto nobiliárquico. É neste âmbito, da compreensão da violência em ambiente senhorial e no contexto das lutas entre os diferentes poderes no Portugal medievo, tomando como ponto de partida as Inquirições Gerais de 1288, que se inclui este estudo⁵.

Sabemos que, em Portugal, o poder económico, político e jurídico dos grandes senhores se estendia por todo o território, com principal incidência no Entre-Douro-e-Minho e norte interior, mais concretamente, entre a Beira e Trás-os-Montes, continuando a aumentar, de forma legítima ou ilegítima, através de concessões, aquisições ou usurpações, tornando-se uma ameaça e uma contrariedade para as intenções de centralização do poder dos monarcas. É justamente neste contexto que surgem as Inquirições Gerais, conjunto de inquéritos em larga escala, produzidos pelo poder régio nos séculos XIII e XIV⁶, com o magno objetivo de elaborar um cadastro da propriedade régia e propiciar aos monarcas um exato conhecimento do estado dos direitos reais, bem como dos atropelos, infrações e práticas abusivas ou violentas dos senhores, informação essencial para definir o conjunto de medidas a tomar pelos monarcas, no seu desígnio de fortalecimento e centralização do poder régio⁷.

Mckendrick, “La semiología y los ritos de la violencia: sociedad y poder en la Corona de Castilla”, *España Medieval*, nº 11 (1988), p. 153-165.

⁵ As Inquirições Gerais constituem uma fonte inesgotável para uma multiplicidade de temas, sejam de natureza económica, social, administrativa ou política, entre muitos outros. Para uma síntese da múltipla e diversa produção historiográfica sobre as Inquirições, permitimo-nos remeter para o trabalho de Iria Gonçalves (a historiadora que, porventura, mais tem trabalhado sobre as Inquirições), *Por terras de Entre Douro e Minho com as Inquirições de Afonso III*, Porto, CITCEM, 2012, p. 13, nota 1, e para o de Leontina Ventura, “Norma e Transgressão: malfeitorias e usurpações nobiliárquicas na Terra de Faria” in Amélia Aguiar Andrade e João Luís Fontes (eds.), *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV)*, Lisboa, IEM, 2015, p. 189-209, notas 1 a 8. Esta obra, tributo a Luís Krus e à sua reflexão inovadora sobre as Inquirições, é, no seu todo, um conjunto diverso de reflexões sobre Inquirições.

⁶ Embora antes também se haviam realizado algumas inquirições, mais circunscritas, na escala e no espaço, como é o caso, por exemplo, da de Viseu, ordenada por D. Teresa, em 1127.

⁷ Como o afirma Leontina Ventura, relativamente às inquirições gerais de 1258, realizadas por Afonso III “que lhe proporcionaram um conhecimento quase “fotográfico” do Portugal senhorial: da proporcionalidade com que as classes privilegiadas competiam, em poder territorial e senhorial, com o poder régio; dos atropelos que cometiam e das usurpações com que se locupletavam; das injustiças ou da falta de imparcialidade dos agentes régios. Um panorama que lhe fazia sentir, lhe exigia e lhe indicava as principais linhas de reforma: administrativa, judicial e legislativa” (*D. Afonso*

1. Violência em contexto senhorial

Para compreender a violência no âmbito senhorial medievo é, pois, necessário perceber as suas funções e a sua importância nos contextos sociais da época. O recurso à violência por parte dos senhores é uma das formas encontradas para lograrem a manutenção do poder e riqueza da sua linhagem durante diversas gerações⁸, o mesmo é dizer, é inerente à natureza intrínseca do sistema senhorial⁹. No caso português, a violência senhorial não está apenas associada à relação do senhor com o camponês. Inscreve-se, também, na relação do senhor com o poder real, pois este, nos finais do século XIII, apresenta-se como um dos principais “inimigos” do poder senhorial, ao nível económico, político e jurídico.

O poder régio não subsiste sozinho e, na sua execução, acaba sempre por ser confrontado com limites. Este poder, em processo de acentuada afirmação, colide com o da Igreja e, sobretudo, com o da nobreza senhorial. É no confronto entre os diferentes poderes, por interesses comuns, que os atos de violência ocorrem. Surgem frequentemente conflitos nas relações mantidas por estes poderes, por maior que seja a amplitude do poder régio, sobretudo quando avança para a centralização. No entanto, as relações entre o rei, a nobreza e o clero eram cautelosas, pois tornava-se necessário estabelecer um certo equilíbrio. Estes poderes tinham consciência da sua mútua necessidade, razão pela qual as situações de conflito teriam sempre consequências negativas para esse equilíbrio. Porém, nem sempre foi possível evitar o conflito, as mais das vezes concretizado em ações violentas.

D. Dinis, tal como outros monarcas anteriores, atuou no sentido da supervisão e correição dos poderes locais e no controlo dos abusos do poder senhorial.

III, Lisboa, Círculo de Leitores, 2006, p. 118). Ou J. A. de Sottomayor Pizarro, sobre as de 1288, por via das quais “se procedia a um cadastro da propriedade privilegiada e revelava as inúmeras formas de abuso, de violência ou de esbulho cometidos pelos senhores laicos, como eclesiásticos...”, J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Portugalie Monumenta Historica, Nova Série. Volume IV/1. Inquisitiones – Inquirições Gerias de D. Dinis de 1288. Sentenças de 1290 e execuções de 1291*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Academia das Ciências de Lisboa, 2012, p. XVII-XVIII.

⁸ São diversos os casos de violência narrados nas inquirições, perpetrados por ascendentes do detentor da honra. Por exemplo, na freguesia de São Salvador de Pindelo, no julgado da Maia, há um casal que pertence ao cavaleiro Estevão Rodrigues [da Maia] “...e foy de sa avoenga...”, onde “... soya hy entrar o moordomo e que o matou hy seu padre e nunca hy entrou depoy”, A. Sotto Mayor Pizarro, *Portugalie Monumenta Historica, Nova Série. Volume IV/2. Inquisitiones – Inquirições Gerias de D. Dinis de 1288. Sentenças de 1290 e execuções de 1291*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Academia das Ciências de Lisboa, 2015, p. 23.

⁹ Salustiano Moreta Velayos, *Malhechores Feudales*, Madrid, Ediciones Cátedra, 1978, p. 27.

Este, sabemo-lo, era responsável por muita da insegurança sentida no território português, assumindo atitudes violentas como uma prática comum, para a consecução dos objetivos de ampliação do seu poder, mormente nos territórios em redor das suas honras¹⁰, usurpando os foros e rendas que pertenciam ao rei.

A interferência de D. Dinis no controlo da violência senhorial – como já o vinha fazendo seu pai – revelou-se eficiente na construção e sedimentação do seu poder. O rei legislará no sentido do domínio da violência praticada pela nobreza, chamando a si a última palavra em questões de justiça. As questões da violência em defesa da honra e as guerras privadas, entre outras, vão ser objeto da atenção do poder régio, com o objetivo de controlar a nobreza.

Ter o controlo da violência era ter o comando do reino, pelo que o domínio do ímpeto violento da nobreza guerreira exigirá a criação de mecanismos que a impeçam de a usar como forma de poder, fosse na relação com os seus dependentes, na apropriação de terras, nos saques ou ajustes de contas¹¹. Naturalmente, este combate, embora eficiente, não se revelou tarefa simples, pois toda a sociedade, tal como o próprio monarca, estava imbuída numa ideologia de violência, com uma tendência geral para a vingança¹².

Importa, também, ter em consideração o uso da violência senhorial na vertente económica. Sendo certo que a forma mais eficiente da classe dominante obter riquezas era o exercício da guerra, esta não deixa, porém, de, em situação de paz, recorrer frequentemente ao uso da força para lograr exercer e aumentar o seu poder e o número de terras controladas, como se irá observar a partir da análise das Inquirições Gerais¹³.

Com efeito, as Inquirições de 1288 tornam manifesto o uso frequente da força por parte do poder senhorial, para impor a sua autoridade territorial. Há relatos

¹⁰ António Borges Coelho, *Portugal Medieval – História de Portugal*, II, Alfragide, Editorial Caminho, 2010, p. 159.

¹¹ José D'Assunção Barros, “A conquista régia do monopólio da violência física e simbólica, e sua expressão literária nas crónicas e cantigas da Idade Média Ibérica”, *Floema – Caderno de Teoria e História Literária*, Ano VIII, nº 10, (2014), p. 113-135.

¹² Cecilia Devia, *Violencia y dominación en la Baja Edad Media castellana*, Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras, 2013, p. 122.

¹³ Entre os trabalhos mais recentes sobre a temática da violência, em contexto senhorial, tendo como fonte primacial as Inquirições Gerais, encontram-se: “Norma e Transgressão: malfetorias e usurpações nobiliárquicas na Terra de Faria” in Amélia Aguiar Andrade e João Luís Fontes (eds.), *Inquirir na Idade Média: Espaços, protagonistas e poderes (sécs. XII-XIV)*, Lisboa, IEM, 2015, p. 189-209; João Francisco Pereira de Castro Portugal, *Violência em contexto senhorial em documentos de D. Dinis*, Coimbra, FLUC, 2016, p. 50 (Dissertação de Mestrado); Daniel Filipe da Costa Marques, *Usurpação de direitos, foros e outras formas de conflitualidade na segunda alçada das Inquirições Gerais de 1258*, Porto, FLUP, 2019 (Dissertação de Mestrado).

de atos violentos, testemunhados pelos próprios inquiridos, que marcaram a memória coletiva de algumas freguesias. E o facto de se terem registado esses atos, cujo conhecimento chegou até nós, não exclui a possibilidade de terem sido cometidos muitos outros. A razão de não constarem nas Inquirições dever-se-á a motivos diversos, como: o critério de seleção dos jurados; o medo ou a afinidade com os prevaricadores, que os fazem omitir o sucedido; a falta de memória ou a intenção, por parte dos inquiridores, de não incluírem esses atos nos registos.

Nos grupos sociais em estudo, esses atos ocorrem como reação a situações concretas, que, especificamente, se resumem à luta entre o poder senhorial e o poder régio, sempre que aquele considerava estarem em causa determinados valores ou práticas sociais que crê serem inerentes à sua condição. Assim sendo, as ações violentas podem ser tidas, por quem as pratica, como algo necessário, ou seja, não são ações irrefletidas ou não intencionais. Difícil é, por vezes, entender quando é que um determinado ato violento era considerado legítimo ou ilegítimo, de acordo com os padrões mentais e leis da época em questão.

A legitimidade da violência no Portugal medievo passa principalmente por dois aspetos: a resposta a agressões, danos pessoais ou insultos recebidos; ou a necessidade e interesse do monarca, geradores de conflitos e contendas. A legitimidade do uso da força era muito discutida na Idade Média, tanto no sentido de justificar as próprias ações como de condenar as dos outros.

Nos finais do século XIII e inícios do XIV, os atos violentos eram condenados pela justiça régia, mas a violência exercida em legítima defesa e em defesa da honra era considerada uma violência legítima. Por isso, a vingança é a resposta esperada, quando a honra de alguém está em causa, o que, para exercê-la, mobiliza toda a família¹⁴. A violência é exercida pela nobreza em casos de aplicação da justiça, de insulto, de vingança, de defesa da honra, da propriedade ou de direitos, pelo que os conceitos de violência senhorial e justiça se interpenetram.

As ações violentas que, pelas suas causas, a sociedade considera legítimas, e que se desenvolvem de acordo com as regras da própria sociedade, como seja a vingança¹⁵, não costumam ter consequências penais. Ou seja, a violência em si não é condenável na sociedade medieval, o que é passível de ser julgado e condenado é o motivo que leva ao recurso à violência.

¹⁴ Cecília Devia, *Violencia y dominación...*, cit., p. 133.

¹⁵ A vindicta privada foi considerada legítima em Portugal. Porém, a partir de D. Afonso II, começou a ser atacada pelo poder régio, de forma cada vez mais intensa, pelo menos até Afonso IV. As assuadas foram, assim, objeto de múltiplas leis, pois, no fundo, eram, por um lado, “uma forma de exibição de poder por parte dos ricos-homens”, por outro, “uma forma de privatização do exercício da justiça” (Leontina Ventura, *D. Afonso III*, Lisboa, Círculo de leitores, 2006, p. 124-125).

1.1. Relações entre D. Dinis e a Nobreza

Significando a nobreza, como considera J. Mattoso, “capacidade para o exercício efetivo de poderes senhoriais, ou seja, o poder de julgar, de cobrar impostos, de comandar gente de armas e de exercer autoridade”¹⁶, faculdades resultantes da sua condição, ancorada no sangue e na posse de terras e não na determinação do poder régio, muitas linhagens conseguiam garantir poderes próprios no desafio face à autoridade régia.

As relações entre D. Dinis e a nobreza não foram pacíficas. Desde o início do seu reinado, combateu, com alguma eficácia, o poder senhorial, fortemente instalado no Reino, procurando impedir a sua natural proliferação se não mesmo procedendo à sua redução¹⁷. As medidas que aplicou, de forma sistemática, manifestam uma política centrada na reorganização administrativa do Reino e na afirmação do poder régio, conseqüentemente, no confronto direto com o poder senhorial.

As honras, ou seja, as terras imunes, componentes fundamentais do património da nobreza, adquiridas por doação régia ou outras formas legais, mas também logradas por via da usurpação (mesmo de reguengos), mais ou menos arbitrária, geravam alguma confusão entre a soberania e o domínio¹⁸. Além disso, a banalização da formação das honras (legítimas ou ilegítimas) originou uma proliferação de senhorios, pelo território, “aos quais andava inerente o exercício de mais ou menos poderes semelhantes aos do rei, tais como concessões de forais, cobrança de contribuições e coimas, administração da justiça, etc.”¹⁹.

Da confirmação das doações feitas pelos seus antecessores, em 1279, à revogação, em 6 de dezembro de 1283, de todas as doações e confirmações por ele feitas até então, D. Dinis marcava, desde início, uma posição de força em relação ao poder senhorial – não propriamente para corrigir erros seus, mas para alertar os grandes senhores laicos e eclesiásticos que os poderes e privilégios que detinham não eram um dado adquirido, como bem o interpretou J. A. Pizarro²⁰. O que não deixava de estar implícito em lei anterior, de 1282, que determinava que todas as apelações no Reino lhe

¹⁶ J. Mattoso, *Naquele Tempo. Ensaios de História medieval*, Lisboa, Temas&Debates, 2009.

¹⁷ *Ibidem*, p. 136; J. A. Sottomayor Pizarro, “A Coroa e a Aristocracia em Portugal (sécs. XII-XV). Uma relação de serviço?” in *XLII Semana de Estudios Medievales*, 2015, p. 141-176.

¹⁸ J. Mattoso, *Naquele Tempo...*, cit., p. 4.

¹⁹ *Ibidem*, p. 4.

²⁰ *Ibidem*, p. 92.

deviam ser dirigidas, afirmando com clareza o predomínio do poder régio sobre os poderes senhoriais²¹. Esta lei subtraía parte do poder judicial que os senhores detinham nas suas terras, já que o monarca chamava a si o monopólio da justiça em todo o reino.

Depois de ordenar a elaboração das primeiras Inquirições Gerais do seu reinado, em 1284, D. Dinis continuará esse labor (em 1288/90, 1301, 1303-1304 e 1307), com inquéritos cada vez mais extensos e pormenorizados no tocante à compreensão dos poderes da nobreza (ou dos senhores, em geral). Não deixará de interferir em questões mais privadas da nobreza, como é o caso das partilhas sucessórias da família dos Sousas, por morte do cabeça de linhagem, Conde Dom Gonçalo Garcia, e das disputas entre os seus herdeiros, para o que ordenou uma inquirição, em 1286²².

Um conjunto de ações, nas duas primeiras décadas de governo, culminaram na recuperação de alguns dos grandes senhorios formados no tempo de D. Afonso III a sul do Tejo e num certo enfraquecimento das principais casas nobiliárquicas portuguesas, numa época em que se assiste ao desaparecimento de algumas das famílias mais antigas do reino, devido ao seu fim biológico, a que acresce o exílio de outros membros da alta nobreza²³.

Com os enunciados esforços de D. Dinis para controlar a nobreza interliga-se, necessariamente, uma administração central cada vez melhor dotada dos meios necessários a um aprimorado domínio sobre todo o território, principalmente no âmbito da justiça e da fiscalidade.

Cuidados que não logravam pôr fim à prática corrente, por parte da nobreza, de usurpação dos direitos régios, de criação indevida de novas honras, de violências sobre os bens eclesiásticos e concelhios²⁴, ou contra os oficiais régios, numa afronta direta ao poder régio.

Esta resistência à mudança de atitude da nobreza, face às investidas políticas do monarca, não deixará de estar relacionada com os excessos de população nobiliárquica e uma cada vez maior crise de rendimentos, decorrente de uma notória inadaptação à nova realidade económica, cada vez mais monitorizada, ligada ao crescimento do comércio e do mundo urbano. Uma resistência que haveria de ter o seu ponto mais alto na guerra civil de 1319-1324, com diversos membros das mesmas famílias em ambos os lados da contenda.

²¹ José Augusto Sotto-Mayor Pizarro, *D. Dinis*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, p. 91.

²² José Augusto Sotto-Mayor Pizarro, “D. Dinis e a nobreza nos finais do século XIII”, *História: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, 10 (1993), p. 93-94.

²³ *Ibidem*, p. 95-97.

²⁴ *Ibidem*, p. 9.

1.2. As Inquirições Gerais de 1288 no contexto da luta anti senhorial

Nos abusos que praticavam, com alguma impunidade, sobre os bens da Coroa (reguengos, direitos e padroados régios), a nobreza e o clero senhoriais recorriam, com frequência, à violência, principalmente contra oficiais régios, mordomos ou porteiros.

A eficiência da máquina administrativa da Coroa que se complexificava, desde a segunda metade do século XIII, reclamava ser provida de bens e recursos suficientes. Exigia-se, para tal, um cuidadoso conhecimento e identificação dos bens e direitos régios existentes no território, da sua adequada conservação e administração, bem como um diligente apuramento de eventuais abusos, usurpações, malfeitorias ou violências cometidas sobre eles por qualquer outro poderoso. Esses eram os designios das Inquirições, a que se seguiriam remédios para as situações e, eventualmente, castigos para os culpados.

Para além das Inquirições levadas a cabo pelos antecessores de D. Dinis, referimos já o elevado número de Inquirições que este monarca protagonizou, desde que subiu ao trono, prova cabal de como assumiu como designio da sua política o controlo do poder senhorial, ajustado aos objetivos do seu projeto de fortalecimento do poder régio.

As Inquirições de 1288 incluem inquéritos efetuados na quase totalidade das regiões do Entre-Douro-e-Minho, de Trás-os-Montes e Alto Douro, e uma parte significativa das Beiras até ao rio Mondego, inclusive²⁵. Esses inquéritos foram realizados por uma comissão, nomeada nas Cortes de Guimarães de 1288, constituída pelo prior do mosteiro de Santa Marinha da Costa, D. Pedro Martins, representante do poder eclesiástico; pelo cavaleiro Gonçalo Rodrigues Moreira, representante do poder nobiliárquico; pelo advogado Domingos Pais de Braga, representante do poder régio; e pelo tabelião de Guimarães, Paio Esteves, responsável por recolher e registar todos os testemunhos dos jurados.

Como resultado deste complexo processo de 1288, uma vez feito um levantamento e registo de toda a propriedade honrada e a identificação de todas as situações irregulares, e dos abusos senhoriais, na quase totalidade das

²⁵ Foram integralmente publicadas por J. A. Sottomayor Pizarro, *Portugalie Monumenta Historica, Nova Série. Volume IV/1. Inquisitiones – Inquirições Gerias de D. Dinis de 1288. Sentenças de 1290 e execuções de 1291*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Academia das Ciências de Lisboa, 2012; Idem, *Portugalie Monumenta Historica, Nova Série. Volume IV/2. Inquisitiones – Inquirições Gerias de D. Dinis de 1288. Sentenças de 1290 e execuções de 1291*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda/Academia das Ciências de Lisboa, 2015. Passaremos a citar estas obras, respetivamente, por *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1 e *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, seguidas do(s) respetivo(s) número(s) de página(s).

freguesias de 178 julgados e coutos percorridos pela comissão, retiraram-se importantes conclusões. Inúmeros eram os abusos praticados por senhores da grande nobreza e por um considerável número de cavaleiros, que conseguiam, por meio de usurpações, aumentar o seu património fundiário e os seus rendimentos. Frequentemente, essa usurpação, ou ulterior afirmação de poder sobre a terra usurpada, era lograda com recurso à violência, à intimidação de oficiais régios e das populações que, assim, se tornavam foreiras de um novo senhor.

As Sentenças de 1290, proferidas no seguimento destas Inquirições, tiveram como objetivo a penalização dos senhores, praticantes de algum tipo de abuso, de infrações ou práticas ilegais, na sua maioria, contra os interesses da coroa. O resultado prático das sentenças foi a devassa de muitos coutos e honras que tinham sido alcançados ilegalmente, humilhando-se, assim, publicamente, os abusadores, por passarem a ser obrigados a permitir a entrada de oficiais régios que, até aqui, tinham evitado com recurso a atos menos lícitos, como a ameaça, a malfetoria ou a violência. Em contrapartida, estas sentenças traziam a estas terras um aumento do prestígio régio que, com uma atitude de força, mostra que consegue sobrepor-se aos outros poderes ali instalados. Contudo, nestas sentenças não encontramos nenhuma criminalização para os atos de violência cometidos por fidalgos, sendo, mesmo, escassas as referências aos atos em si²⁶.

A reação dos senhores às sentenças não foi pacífica, pois viram tornar-se devassas muitas honras que lhes pertenciam (ou julgavam pertencer), algumas recebidas por herança (podendo a prática abusiva ter sido obra de seus antecessores). Após as Cortes de 1290, com o objetivo de acalmar a nobreza, D. Dinis vai revogar algumas das sentenças. Muito embora esta atitude tenha agradado à nobreza, a identificação dos abusos estava feita e a não aplicação definitiva das sentenças não era certa, ou seja, o poder senhorial deixa de sentir a impunidade que tinha pautado as suas ações nos séculos anteriores. Mesmo revogando as sentenças, o monarca consegue promulgar as leis que proíbem o amádigo²⁷ para sempre, limitando assim o aumento das terras honradas.

²⁶ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. XIV-XX.

²⁷ Este direito senhorial legal, cuja prática foi proibida a partir de 1290, traduzia-se na possibilidade de a nobreza colocar filhos seus a criar em reguengos ou terras foreiras ao Rei, criando uma forma de parentesco artificial e honrando assim os lugares da criação, o que redundava numa importante estratégia de engrandecimento económico dos “criados” e no prestígio social dos amos (Leontina Ventura, *A nobreza de corte de Afonso III*, Coimbra, FLUC, 1992, vol. I, p. 246, 248).

2. Terminologia e expressão da violência

É importante sistematizar e analisar a terminologia usada com mais frequência para identificar os casos de violência. Os termos “violência” e “violento” são muito pouco usados durante todo o período medieval, sendo referidos apenas em casos bastante particulares, como é o caso das violações.

Os vocábulos mais utilizados para traduzir um homicídio violento, quer seja de um oficial régio, de um vilão, de um clérigo ou de outro nobre, são: o verbo *matar* (“matou hy”²⁸, “matarom”²⁹, “matou-ho”³⁰) e o substantivo *homicídio* (“omizio”). Àquele, de forma direta, podem acrescentar-se os termos que expressam o ato pelo qual foi morto, concretamente, o *enforcamento* (“foy-o enforcar”, “enforco-o”³¹). Empregavam-se, ainda, outros verbos para descrever atos de violência que poderiam levar ou não à morte, como: *tolher* e *talhar* (“tolheu”³², “talharom-lhi”³³), *cortar e ferir* (“cortou”³⁴, “firir”, “ferir”, “feryou”, “fery-o”³⁵, “foi firido”). Outros atos de violência são traduzidos por verbos ou expressões que identificam a ação em si mesma, como: “cegou-o”, “punhada no rosto”, “filhou per força”, “tirou-lhi os olhos”³⁶.

²⁸ No julgado da Maia, no lugar de Pinheiro, Lourenço Estevão de Fajozes “*matou hy um mordoomo*”, *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 22-23.

²⁹ No julgado de Riba d’Ave, o pai de Martim Correia comprou a um lavrador, de nome Mem Eirigues, um herdamento, que dava foro ao mosteiro, mas do qual ele fez dele honra, onde “... *matarom hy dous priores*” do mosteiro, *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 9-10.

³⁰ No julgado da Maia, na quinta de Leandro (c. Maia), pertença dos Gúlfaros, entrou lá um mordomo e “*depos el seu avoo dos Gúlfaros e matou-ho en’o ryo de Leça*”, *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 33.

³¹ No julgado da Maia, na terra de Cidoi (c. Maia), honrada por Rui Gonçalves Babilão, o mordomo Pero Faes foi penhorar e “...*enforco-o Roy Gonçalvez*”, *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 31.

³² No julgado de Ponte de Lima e terra de São Martinho, no lugar de Canadelo (fr. Estorãos, c. Ponte de Lima), cuja terra era honrada por João Gonçalves, filho bastardo do conde D. Gonçalo Garcia de Sousa, “... *soia hi entrar porteyro mays Joham Gonçalviz o tolheu...*”, *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 214-215.

³³ Este verbo é empregado para significar o corte ou golpe na cabeça, nos pés ou nas mãos.

³⁴ No julgado de Numão, D. Abril pediu ao concelho que lhe fosse dado o lugar de Touça (fr. c. Numão). Porque o pedido lhe foi recusado, D. Abril “*cortou tres homeens e matou huum*”, *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 639.

³⁵ No julgado de Viseu, em São João de Lourosa, foi o mordomo de D. Abril (que detinha a terra, do rei) penhorar e “*o feryou hi muy mal Gonçalo de Saas cujo era o herdamento*”, *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 545-548.

³⁶ No julgado da Maia, na freguesia de São Salvador do Mosteiro, na quinta de Arões, dizem as testemunhas que o pai de Rui Gonçalves Babilão, quando confrontado com um mordomo régio, “*tirou-lhi os olhos e matou-ho*”, *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 39.

A violência é espoletada por vários fatores, normalmente como uma reação às circunstâncias intrínsecas às relações estabelecidas pela sociedade. Os exemplos de violência retratados nas Inquirições de 1288 eram essencialmente cometidos por senhores, na sua maioria nobres. Estes casos de violência não aparecem de forma gratuita, existem e acontecem, como já afirmámos, como reação às medidas centralizadoras dos monarcas, conquanto decorram, também, de valores, cultivados pela própria sociedade, que se considera estarem a ser postos em causa. Estamos numa época em mudança, ao nível político, social e económico: o enfraquecimento dos poderes senhoriais dos nobres face aos avanços dos monarcas gera reações, muitas vezes de desafio, por parte daqueles, ao poder régio.

O poder senhorial tinha uma forma de agir, relativa ao fortalecimento do seu poder, que passava por uma “política” de usurpação e anexação de terras às suas honras, tornando aquelas também honradas. Essa “política” concretizava-se, muitas vezes, por via de ações violentas, principalmente contra os representantes do poder régio, mandatários, pois, do poder em oposição. A violência podia ser praticada com o objetivo de aumentar o poder, ou como reação às políticas régias. Se a “política” senhorial, como seria de esperar, levava à reação por parte do rei, também as políticas dos monarcas, no caminho da centralização do poder régio e diminuição do poder senhorial, não eram bem recebidas por alguns senhores, o que desencadeava reações mais violentas, sobretudo por parte dos que se consideravam mais lesados. É bem patente que a violência de grandes senhores contra oficiais régios é considerada uma questão cultural, e legítima, pois estão a ser lesados no que consideram ser os seus direitos – exercendo violência sobre aqueles que consideravam inferiores.

Nas sentenças de 1290, quando são apresentados casos de violência contra oficiais régios, não se faz referência ao sucedido. É, tão-só, quando era exercida contra lavradores e foreiros do rei que as sentenças reprimem o agressor. Como exemplo, pode-se apontar o caso passado no julgado de Penafiel de Bastuço, na freguesia de Santa Cecilia, em que o jurado Domingos Anes (clérigo) relata que, no tempo de D. Afonso III, “gaanhou Pero Anes Redondo huua cassa que fizera hi huum juiz em herdade d’homeens lavradores de que davam a el rey a fossadeyra ... e hiam com el Rey em hoste”. A partir desse momento, o rei viu-se privado de todos os seus direitos e não mais foi permitida a entrada de mordomo na herdade. “... e per razam dessa honra e per força desta cassa filham aos foreyros del rey as palhas e as galinhas e destruen’os de quanto ham...”. Efetivamente, nas sentenças de 1290, pela voz do rei, regista-se o sucedido e a respetiva reprovação: “Este como esta porque he de filho d’algo e enquanto for de filho d’algo e non façam mal aos homens del Rey”³⁷.

³⁷ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 477-478.

É necessário, contudo, perceber as intenções destes atos. Fica claro que, na grande maioria dos casos de violência descritos pelos jurados, a ação dos agressores tinha como objetivo intimidar todos aqueles que pudessem pôr em causa o poder senhorial. Por essa razão, os senhores agressores faziam questão de que todos soubessem dos seus atos, para que ninguém mais ousasse pôr em causa a sua autoridade.

Interessante exemplo disso está na atitude de D. Mem Afonso, ocorrido na freguesia de São Julião de Badim, no julgado de Valadares, testemunhado pelo jurado João Gomes. Segundo este, D. Mem Afonso, que fazia honra das quintãs de Outeiro, Tornar e Ameixoeira, apanhou um dia um mordomo régio em Tornar, atou-o ao rabo do cavalo e levou-o de arrasto em redor dessa quintã até voltar ao sítio de onde partira, para que se soubesse bem quais os limites da sua honra. Do próprio episódio teria resultado o topónimo Tornar, do mesmo modo que ficara clara a intenção do fidalgo – que toda a população soubesse do sucedido e que outro mordomo não ousasse cometer a mesma intromissão³⁸.

Os atos de violência, na maioria dos casos, têm como objetivo manter a terra honrada, mas as reações violentas e consequentes contrarreações não são exclusivas das relações entre o poder senhorial e a Coroa. Encontramos na documentação exemplos (conquanto raros) de casos de violência que são um retrato da forma como o poder senhorial se relaciona entre si. No lugar de Carcavelos, foi assassinado Martim Carinho, homem do Conde D. Gonçalo Garcia de Sousa³⁹, por D. Estevão de Molnes. Em virtude dessa ofensa, o Conde mandou penhorar 3 freguesias honradas por D. Estevão. Este pede ao Conde que não lhe destrua a honra, prometendo, em troca, ficar seu vassalo, para além de pagar multa em numerário⁴⁰.

Como fica patente, a violência senhorial não é apenas direcionada contra as políticas régias. Existem casos de usurpações e violência exclusivamente dentro do mundo senhorial, nomeadamente contra oficiais da Sé de Braga ou de mosteiros detentores de terras. O apuramento destas situações constituía

³⁸ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 21-23. João Francisco Pereira de Castro Portugal, *Violência em contexto senhorial em documentos de D. Dinis*, Coimbra, FLUC, 2016, p. 50 (Dissertação de Mestrado).

³⁹ Trata-se do único fidalgo com tratamento de Conde nas Inquirições. Pensa-se que este título é apenas honorífico, embora Leontina Ventura coloque isso em questão. D. Gonçalo vai assumir a direção da casa dos Sousa, após a morte do seu sobrinho Estêvão Anes, passando a ser proprietário de um enorme património territorial, considerado um dos maiores do reino. Para além disso, o seu casamento com D. Leonor Afonso, filha bastarda de D. Afonso III e viúva daquele seu sobrinho, vai trazer-lhe imenso prestígio. Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol 2, Coimbra, FLUC, 1992, p. 709.

⁴⁰ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 519-520.

também objetivo das Inquirições, pois, sendo abusos e ações ilegais, escapavam à justiça e determinações régias.

Aponte-se, como exemplo, o caso passado no julgado de Froião, no Couto de Sanfins, onde o fidalgo Rui Peres, neto de D. Mor Afonso, tomou a terra como honra por amádigo, assim como toda a vila de Verdoejo (c. Valença do Minho), pelo que, a partir desse momento, nunca mais ali entrou o mordomo do abade do mosteiro de Sanfins. Como forma de afirmar o seu poder na nova honra, Rui Peres agride um vendedor de vinho e parte-lhe as medidas, para que este não pudesse vender o seu vinho até que se tivesse vendido todo o do senhor da honra⁴¹. O rei ordena que esta terra não se defenda por honra, que entre ali o mordomo do abade e que neste couto não haja defesa do vinho (direito de relego)⁴².

Um outro interessante exemplo desta situação regista-se no julgado da Nóbrega. No couto de Vila Nova, pertencente a um mosteiro⁴³, D. João Fernandes fez casa honrada na localidade de Lordelo, em prejuízo do mosteiro. A fim de afirmar a sua honra e autoridade, D. João Fernandes foi até à casa do prior de Vila Nova cortar o rabo da sua mula⁴⁴.

Os conflitos familiares são, também, muitas vezes, motivo para o exercício de comportamentos violentos. As razões podem ser diversas, desde contendas por divisão de heranças⁴⁵ a interesses relacionados com o controlo de senhorios.⁴⁶

A violência senhorial pode também ser exercida apenas como uma forma de demonstração de poder numa determinada localidade. Os ataques a homens e terras foreiras do rei (sem pretensão de usurpação) podem ser analisados como forma de firmar o poder e a honra numa determinada localidade. Assim parece transparecê-lo o caso ocorrido no julgado de Penafiel de Bastuço, na freguesia de S. João de Bastuço, no local de Castigonda, onde D. Martim Lourenço

⁴¹ É de supor que existiria liberdade de venda do vinho, quando a jurisdição pertencia ao mosteiro.

⁴² *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 85-86.

⁴³ Nesta localidade existiu um mosteiro de Cónegos de Santo Agostinho, que subsistiu muito pouco tempo. Fundado no século XIII, foi extinto no século XVI.

⁴⁴ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 295-296.

⁴⁵ Reportem-se os já citados problemas provocados pela divisão da herança do conde D. Gonçalo Garcia de Sousa, causadores, até, de exílios. Luís Krus, “O rei herdeiro dos condes: D. Dinis e a herança dos Sousas” in *Passado, memória e poder na sociedade medieval portuguesa. Estudos*, Redondo, Patrimonia, 1994, p. 59-99.

⁴⁶ Como é o caso do conflito que opôs os fidalgos João, Lourenço e Vasco Esteves de Góis contra o seu tio Vasco Pires Farinha, pelo controlo do senhorio de Góis. Este conflito acaba com a mediação de D. Dinis e Vasco Pires a ceder parte dos direitos do senhorio aos sobrinhos. J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas – genealogias e estratégias (1279-1325)*, vol. 2, Porto, FLUP, 1997, p. 1070.

da Cunha tinha uma casa que usurpara a um clérigo, que o criou, e que dela fez honra. Tratar-se-ia de uma casa que ficaria em zona de passagem entre terras foreiras do rei, pelo que, sempre que o gado dos foreiros do monarca ali passava, a mando de D. Martim Lourenço “cortavam-lhes as orelhas às cabras e matavam-lhes aí os gados”⁴⁷.

No que diz respeito à violência senhorial relacionada com questões de partilhas, cite-se o conhecido caso de Pero Fernandes de Bragança, conhecido como o Braganção, que é apontado pelo Livro Velho de Linhagens como o assassino do seu primo Rui Nunes de Bragança (o “Coldre”). Um assassinato que está relacionado com um diferendo entre os dois ramos da família Bragança, muito provavelmente por questões de herança. O Braganção é obrigado a exilar-se em Marrocos onde acaba por falecer⁴⁸.

2.1. Espaço geográfico preferencial da violência

Os casos de violência relatados nas Inquirições em estudo reportam-se a 38 julgados. Os julgados onde ocorrem são: Froião, Ponte de Lima e Terras de São Martinho, Valadares, Barcelos, Nóbrega, Prado, Braga, Cabeceiras de Basto, Faria, Guimarães, Lanhoso, Monte Longo, Penafiel de Bastuço, Vermoim, Gondomar, Aguiar de Sousa, Baião, Penaguião, Refoios de Riba d’Ave, Maia, Panoias, Aguiar de Pena, Bragança, Paiva, Cinfães, São Salvador, Covilhã, Lafões, São Martinho de Mouros, Viseu, Numão, Penalva, Lamego, Alva, Santa Maria da Feira, Roças, Pena Verde e Celorico de Basto.

Como é espectável, a ocorrência de casos de violência não é uniforme em todos os julgados. Da análise dos relatos registados nas Inquirições sob estudo, decorre a distribuição das ocorrências de atos de violência por julgado. O território mais penetrado pela violência é o julgado da Maia com 23,3% dos casos estudados. Os territórios de Faria e Vermoim revelam-se, também, bastante violentos com 8,3% das ocorrências cada um. Segue-se o julgado de Braga com 6,7% e os julgados de Penafiel de Bastuço, Guimarães, Valadares, Lanhoso, Baião, Gondomar, Celorico de Basto e Aguiar de Sousa com 3,3% cada. Os julgados onde se regista menor incidência de casos são: Monte Longo, Ponte de Lima e Terras de São Martinho, Roças, Cabeceiras de Basto, Froião, Nóbrega, Prado, Barcelos, Aguiar de Pena, Viseu, Bragança, Lafões, São Martinho de Mouros, Refoios de Riba de Ave, São Salvador, Cinfães, Panoias, Numão, Covilhã e Lamego, com 1,67%.

⁴⁷ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 504.

⁴⁸ J. A. Sottomayor Pizarro, *Linhagens Medievais...*, cit., vol. 1, p. 232.

2.2. Formas e tipologias de violência

As ocorrências relatadas nas Inquirições podem ser consideradas, na maioria dos casos, violência interpessoal de carácter comunitário. A ponderação global dos dados recolhidos nas Inquirições de 1288 mostra que a tipologia dos atos de violência poderia ir da simples coação física até ao homicídio. Os atos de violência que terminam em homicídio são os mais comuns, constituindo 52,5% dos casos analisados, enquanto a violência física simples, com ou sem aprisionamento, representa 11,9% das ocorrências, o uso da força com ferimentos (onde se inclui o cegamento) 16,9%, a violência contra a terra ou animais 5%, o talhamento de membros 6,8% e, também, a ameaça 6,8%.

Convém distinguir a violência física simples da que provoca talhamento de membros⁴⁹ ou cegamento⁵⁰. Aquela não representa uma ofensa grave à integridade física da vítima, servindo apenas como aviso ou como mera forma de dissuadir comportamentos considerados abusivos pelo agressor. A última deixa marcas físicas permanentes, passíveis de serem interpretadas como expressões visíveis do poder do senhor, endereçadas a toda a comunidade.

No caso da violência simples, encontramos registos que relatam a ameaça de morte, como a sucedida no julgado de Faria, em Paredes, testemunhada pelo jurado João do Ameixial, em que o mordomo Estevão Cerdeiras envia o seu representante Domingos Luzio à honra de Paio Soares e D. Mendo, onde moravam cerca de 20 homens. Paio Soares agarra-o pelos cabelos e ameaça cortar-lhe as mãos, se voltasse a aparecer lá. Nas sentenças de 1290, o rei decreta que esta honra seja devassa⁵¹. A violência física simples pode ser acompanhada de aprisionamento da vítima, justamente como fez Mem Garcia de Abrantes ao receber a visita de um mordomo no seu casal: “e prendeu-o Meen Garcia d’Avrantes e espeyto-o”⁵².

Encontramos casos em que o castigo é apenas físico, como o que é revelado na paróquia de *São Salvador* de Tebosa, no julgado de Penafiel de Bastuço, pelo jurado Geraldo Anes do Vimeiro, que menciona uma honra feita pelos Cunhas em vários casais de lavradores e mosteiros. No total, os Cunhas honravam 70

⁴⁹ No julgado de Valadares, na freguesia de São João, o jurado Rodrigo Eanes declara que não entra nenhum oficial régio na honra de Sá, desde que Fernão Anes Capelo talhou as mãos a um mordomo que “*filhara*” um porco, *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 20.

⁵⁰ No julgado de Braga, o jurado e clérigo Gonçalo Mendes recorda a entrada de um mordomo nas terras de D. Rodrigo Peres da Roça, que foi cegado e avisado para nunca mais ali entrar, *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 460.

⁵¹ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 546-547.

⁵² *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 41.

homens que ali moravam, onde não entrava o mordomo do rei. O jurado sabia que, uma vez, entrara um mordomo na honra, mas mandara-o “firir” D. Egas Lourenço da Cunha⁵³, tendo sido essa, precisamente, a última vez que ali terá entrado um oficial régio⁵⁴.

São descritos, ainda, casos com consequências ainda mais gravosas, como o que aconteceu na freguesia de São Tomé de Esturães, no julgado de Monte Longo, na quintã de Esturães, honra pertencente a Martim Gomes, feita ao tempo de D. Afonso II. Para além da quintã, honrava também alguns casais de herdutores e uma igreja. Relata o jurado que um mordomo que ali entrara foi preso por Martim Gomes Gonçalves, que o trouxe em volta da honra e depois o matou. Na sentença de 1290, D. Dinis confirma a honra da quintã, mas adverte que os casais e a igreja deviam tornar-se devassos⁵⁵.

A documentação permite-nos, pois, verificar que o recurso à ameaça, como forma de intimidação, era constante, podendo-se, assim, depreender que tinha um efeito prático. De acordo com o relato das testemunhas, no julgado de Baião, na freguesia de São Fausto de Beiriz (c. Póvoa de Varzim), Gonçalo Nunes de Bragança possuía 5 casais, Lourenço Soares 3, e mosteiros e igrejas 16, sendo toda a freguesia honrada por Gonçalo Nunes e Lourenço Soares. De princípio, estes casais eram visitados pelos chegadores dos fidalgos e pelo porteiro régio. Porém, Gonçalo Nunes ameaçou o porteiro que, se voltasse a ser visto naquela terra, lhe cortaria um pé, assim conseguindo que nenhum outro porteiro se voltasse a aproximar daquela freguesia⁵⁶. No lugar de Loivos, julgado de Baião, refere-se que existem diversos casais “de filhos d’algo” e de “moesteyros” pertencentes a homens da nobreza, razão pela qual toda a freguesia é honrada, não entrando ali o mordomo régio, mas tão-só o chegador dos senhores das honras e o porteiro, e apenas quando chamado pelos senhores, pois os vilãos do concelho são ameaçados de morte, se tiveram a ousadia de o chamar⁵⁷.

A violência contra a terra ou animais é uma prática efetuada por fidalgos sobre homens foreiros do rei, com o objetivo de afirmarem ou aumentarem

⁵³ Foi privado de D. Sancho II e de D. Afonso III. Exerceu funções como tenente de Penafiel de Bastuço. Acompanhou D. Sancho II até Toledo, mas, logo em 1249, estava ao lado de D. Afonso III, acompanhando-o na última campanha da Reconquista. Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte...*, cit., p. 641-646; J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais...*, cit., vol. 2, p. 963.

⁵⁴ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 474.

⁵⁵ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 669.

⁵⁶ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 159.

⁵⁷ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 159. Na sequência destes casos de violência ou ameaça a vilãos, o rei ordena, nas sentenças de 1290, que se extinga a honra e que entre o porteiro, nas terras dos fidalgos, e o mordomo, nas dos mosteiros.

ilegitimamente as suas honras. Nestes casos, as sentenças de 1290 fazem sempre referência ao acontecido, acrescentando, em muitos casos, que as honras foram tornadas devassas. Um bom exemplo é o já referido episódio de São João de Bastuço, em que D. Martim Lourenço da Cunha atacava com regularidade o gado dos foreiros do rei que “ham muyto mal e muyto derranco”⁵⁸. Neste caso, nas sentenças, o rei ordena “Seja devasso e entre hi o mordomo del Rey por todos los seus derechos e sobre os herdamentos chame el rey se quiser”⁵⁹.

Com a centralização do poder régio, a autoridade do monarca procura controlar as ações violentas, principalmente em casos de homicídio. Este controlo, como se entende pela análise das Inquirições de 1288, não era feito contra os grandes senhores (mesmo quando o alvo destes eram oficiais ou foreiros do rei), apenas se rastreando dois casos em que, nas sentenças de 1290, o rei mostra o seu desagrado por atos de violência: um praticado contra um mordomo, outro contra foreiros do rei. Ambos os casos se reportam a honras pertencentes a membros da mesma família: João Peres Redondo e seu filho Pero Anes Redondo.

Como já referimos, não encontramos, nas sentenças de 1290, a criminalização destes atos de violência, mesmo em caso de homicídios praticados por fidalgos, o que não deixa de parecer estranho, pois o homicídio, na Idade Média, era considerado um dos crimes mais graves que se podiam cometer. Este facto só poderá ser compreendido nos dias de hoje, se tivermos a noção de que o conceito de crime no mundo medieval não é muito bem definido, dependendo muito de quem o pratica e com que intenções.

2.3. Os que praticam a violência

No registo das Inquirições de 1288, os casos de violência retratados eram essencialmente cometidos por senhores, na sua maioria nobres, com grande poder de implantação no território.

Também encontramos relatos de violência praticados por cavaleiros incógnitos, provavelmente jovens nobres que tentam afirmarem-se, à custa de ações ilegítimas. Nestes casos, as sentenças de 1290 são mais rígidas, impondo a perda dos direitos daqueles sobre a terra⁶⁰.

⁵⁸ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 504-505.

⁵⁹ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 506.

⁶⁰ Aponte-se o caso passado na aldeia de Guisande, no julgado de Sanfins, em que se refere que um mordomo foi morto por penhorar uma terra que um cavaleiro trazia por honra. Nas

Nestas Inquirições, regista-se, apenas, um relato de violência praticado por eclesiásticos, concretamente: um cônego de Santa Maria de Braga, que dá “uma punhada no rosto” a um oficial régio que andaria, na vila de Guimarães, a recolher para o rei “as soldadas” de umas casas (entre 80 a 100) em redor da igreja de S. Paio, pertencentes ao cabido da Sé de Braga. Na sentença de 1290, relativa a este caso, o rei ordena que o rendimento dessas casas se mantenha para o cabido, até que se apure melhor a situação⁶¹. Neste caso, parece, portanto, que a “punhada” tinha sido bem aplicada (violência considerada legítima) porque o infrator seria o oficial régio.

Encontramos, no entanto, referências a vários membros da nobreza que praticam atos considerados violentos, sendo notório que há certas famílias com maior tendência para este tipo de ações, como é o caso dos Cunhas, dos Sousas, dos Fafes de Lanhoso, dos Valadares, dos Baiões, dos Maias, dos Braganças e dos Redondos.

A análise da família dos Cunhas será sempre incontornável num estudo sobre o mundo senhorial, nos séculos XIII-XIV, devido à sua importância e forte implantação no território. Nas Inquirições em análise, encontramos referência a terras pertencentes à família dos Cunhas, nomeadamente aos já citados D. Egas Lourenço da Cunha, provavelmente já falecido ao tempo de D. Dinis, e Martim Lourenço da Cunha⁶². Este, para além das violências praticadas no contexto senhorial, é também responsável por ações mais violentas durante a guerra civil de 1319-1324, como se regista no rol de queixas de D. Dinis sobre os abusos cometidos pelos partidários do Infante D. Afonso, em que acusa Martim Lourenço de ter deixado quase morto o tabelião de Pombeiro da Beira⁶³.

As referências a violências dos Sousas, na maioria dos casos, envolvem D. Gonçalo Garcia de Sousa, seja como referência temporal seja como identificador dos seus familiares. Um dos mais agressivos é justamente o seu filho bastardo D. João Gonçalves de Sousa, com ações documentadas ocorridas no julgado de Ponte de Lima e Terras de São Martinho, em que fez do lugar de Canadelo honra sua. Como forma de a afirmar, “tolheu” um porteiro e fez da honra sua morada, impedindo, a partir de então, que algum mordomo ou porteiro aí entrasse. Existe, porém, um outro relato do jurado Domingos

sentenças de 1290, o rei manda que a terra se torne devassa, passando a entrar ali o mordomo régio para receber os seus direitos. *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 411.

⁶¹ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 629.

⁶² Cavaleiro, alcaide de Sortelha e senhor de Pombeiro da Beira, foi também um partidário do Infante D. Afonso na guerra contra D. Dinis. J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais...*, cit.

⁶³ *Ibidem*, vol. 2, p. 957.

Miguéis, sobre o assassinato, por João Gonçalves de Sousa, de um meirinho que foi encontrado a fazer penhoras⁶⁴.

Entre os membros da família de Valadares, referida em diversos momentos, sobrepõe-se Lourenço Soares de Valadares, rico homem a quem é imputada uma certa inclinação para ações violentas. No julgado de Penaguião, no lugar de Cernadelo (c. Lousada) “... é provado que en todos estes logares entrava o moordomo e o vigayro...” do tenente da terra e “... penhoravan hy pola voz e pola coomha e polo omezio e hyan ao joiz de Penagoyan...”. Lourenço Soares ao criar uma honra nesta freguesia, colocou aí um juiz e um vigário seu e, como demonstração do seu poder, “... deffendeu ao joiz de Penagoyan que non julgasse hy e ao vigayro ... que non metesse hy o pee e senon que lhis talharia as cabeças ...”. Neste caso, o rei, agravado com a ação deste fidalgo, emite, nas sentenças de 1290, um parecer desfavorável a Lourenço Soares: “Sejam todos devassos e entre y o moordomo del Rey por seus dereytos e non traga hy Lourenço Soariz joiz e vaa ende ao joiz de Penagoyan e non tragan hy vigayro”⁶⁵.

Da família de Baião destacam-se Pero Ponces de Baião e Afonso Lopes de Baião⁶⁶. Afonso Lopes controlava grande parte do Sousa, estando patente, nas Inquirições de 1288, o seu poder sobre a terra de Sousa, de que era tenente, nomeadamente quando tocava a exigir os direitos que, nessa qualidade, considerava serem-lhe devidos. Neste contexto, no exercício do seu direito de aposentadoria, em Bustelo, onde o mosteiro de Cete detinha alguns casais reguengos, numa ocasião em que “...matarom hy huom homem”, ele exigiu para si a pena do “omizio”. Esta situação foi criticada por D. Dinis “Seja todo devasso e entre hy o moordomo del Rey por seus dereytos e quanto he sobrelas casarias que fezerom de novo chame el Rey se quiser”⁶⁷.

Há também referências ao pai de Pero Ponces, o ilustre D. Ponço Afonso de Baião, rico homem das cortes de D. Sancho I, D. Afonso II e D. Sancho II, que terá falecido em 1235⁶⁸. A aldeia de Sarzeda no julgado de Bragança pertence, em 1288, à família, ainda que a origem dessa posse seja duvidosa. A aldeia, que não teria mais de três casais, foi oferecida por D. Sancho II a Lopo Sabugueiro

⁶⁴ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 214-215.

⁶⁵ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 167.

⁶⁶ Primo de Pero Ponces de Baião, foi um destacado rico-homen da Corte de D. Afonso III, atingindo ainda o reinado de D. Dinis. Senhor de um vasto património, beneficiou também da união à casa dos Sousas, pelo casamento com Mor Gonçalves de Sousa, que lhe proporcionou a tenência de Sousa durante mais de vinte anos. Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte...*, cit., p. 599-603; J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais...*, cit., vol. 1, p. 294.

⁶⁷ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 29.

⁶⁸ J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais ...*, cit., vol. 1, p. 297.

e ao seu filho Paio Sabugueiro, caiadeiros, que, de forma misteriosa, foram assassinados, tendo a aldeia passado para D. Ponço de Baião⁶⁹.

A linhagem dos Maias pode ser considerada das mais violentas, não só pela ação direta dos seus membros, mas também pela das famílias a eles ligadas, como os Fajozes, os Gufaros, os Babilões e os Bochardos. Entre os elementos da família da Maia, destacam-se Estevão Rodrigues e Pedro Esteves. Aquele detém uma honra no julgado da Maia, na freguesia de São Salvador de Pindelo (atual c. Vila do Conde), onde, no tempo do seu pai⁷⁰, foi morto um mordomo por cobrar os direitos do rei.

Entre as famílias ligadas aos Maias é muito importante destacar os Babilões. Rui Gonçalves Babilão, fidalgo bastante violento, é membro de uma família apoiante do Infante D. Afonso no conflito com D. Dinis. As suas ações violentas são praticadas no julgado da Maia, onde fez honra do chamado Couto de Cidoi e enforcou um mordomo, assim atemorizando qualquer outro que ali quisesse entrar: “Pero Fafiz que era moordomo penhorou en essa vila de Cedoy polo omezio d’uum homem que hy matarom e andando-o demandando enforco-o Roy Gonçalvez e des enton non entrou hy o mordomo”⁷¹. Alude-se, também, nas mesmas Inquirições, ao pai de Rui Gonçalves, detentor da quintã de Arães (atual fr. Moreira, c. Maia), por via da qual honrava toda a freguesia. De acordo com o relato de um jurado do tempo de D. Afonso III, o pai de Rui Gonçalves Babilão, ao encontrar um mordomo a penhorar em sua quintã, “tirou-lhi os olhos e matou-ho”⁷².

Da linhagem dos Braganças, destacam-se os já referidos Gonçalo Nunes e Pero Fernandes.

Quanto aos Redondos, são de relevar os filhos de João Peres, Pero Anes e Lourenço Anes. Se deste último se acentua o seu carácter bastante violento, também acerca de seu irmão Lourenço Anes Redondo, figura de destaque dos últimos anos do reinado de D. Dinis, seu meirinho-mor na Beira e do Reino, inúmeros são os relatos sobre os seus abusos e violências. Uma violência perpetrada, sobretudo, contra o património de eclesiásticos ou de lavradores⁷³, não deixando de estar envolvido em conflitos com outros membros da nobreza. Lourenço Anes assume, também, papel de relevo na contenda que oporá D. Dinis ao Infante D. Afonso.

⁶⁹ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 57-58.

⁷⁰ É seu pai Rui Moniz da Maia que, por não ser casado, teve apenas filhos bastardos, entre eles o próprio Estevão Rodrigues, que terá morrido em 1332.

⁷¹ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 20.

⁷² *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 25.

⁷³ J. A. Sottomayor Pizarro, *Linhagens Medievais...*, cit., vol. 1, p. 358.

Não será, ainda, de esquecer o fidalgo D. Estêvão Peres de Molnes⁷⁴, que aparece em alguns documentos a praticar atos violentos contra mordomos régios e, também, contra homens, e interesses, de outros senhores⁷⁵. É já referenciado, nas Inquirições de 1258, como um senhor com tendência para a usurpação e a violência⁷⁶. Descendente de uma linhagem da média nobreza, originária do julgado de Faria, detinha honras em Molnes, Carcavelos e Moure⁷⁷.

2.4. Os que sofrem a violência

As Inquirições Gerais de 1288 revelam-nos uma realidade em que 55,35% dos casos de violência são praticados contra mordomos régios, enquanto 10,71% atingem porteiros, meirinhos ou juizes – justamente a mesma percentagem dos que são praticados contra mordomos de outro senhor –, 16,07% tocam a foreiros do rei (homens livres e vilãos) e seu gado, e 7,14% visam comerciantes, outros nobres, enviados do mordomo, priores, vigários e abades.

Como é facilmente observável, a grande maioria das vítimas de violência são funcionários régios que, no desempenho das suas funções, tentavam cobrar direitos que pertenciam (ou pensavam pertencer) ao rei. Os mordomos estavam encarregados de superintender a arrecadação dos direitos do rei, logo, a violência exercida sobre estes agentes tomava um sentido simbólico, pois revelava não ser reconhecida a autoridade régia sobre certos lugares.

Estas ações praticadas contra oficiais régios tinham como objetivo ameaçar a autoridade régia e, assim, evitar a vinda de novos funcionários às terras que tomavam como sendo suas.

Para além do seu poder político, o rei detinha grandes porções de terra por todo território. A tipologia destas propriedades reais era bastante variada, podendo tratar-se, tanto de extensos reguengos, como de mais pequenas porções de terra, espalhadas um pouco por toda a parte. Como era normal, nos séculos XIII e XIV, o rei recebia foros das suas propriedades, na sua maioria em géneros, mas também em numerário. D. Dinis detinha, pela sua condição, direitos reais aos quais somava direitos senhoriais. A autoridade do rei nas suas terras era constante – firmada pela ação dos seus oficiais espalhados por todo o Reino e

⁷⁴ Fidalgo frequentemente referenciado nas Inquirições, justamente por via das usurpações e violências praticadas nos julgados de Faria, da Maia e de Panóias.

⁷⁵ Caso dos Sousas e, provavelmente, dos Maias.

⁷⁶ J. A. Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais...*, cit., vol. 2, p. 1006.

⁷⁷ Leontina Ventura, “Norma e transgressão: malfeitorias e usurpações nobiliárquicas na Terra de Faria (séc. XIII)”, cit., p. 189-209.

materializada nos foros a que tinha direito e nos muitos outros direitos que lhe competiam (pagamento de serviços pessoais, multas e outros impostos) e que faziam dele uma presença muito forte junto das populações, num território já bastante vasto.

Os quantitativos pecuniários e os produtos exigidos pelo rei variavam muito, dependendo da região e das características da terra. Para além disso, o processo de cobrança teria que ser feito de forma organizada e parcial, pelas óbvias dificuldades logísticas de arrecadação da época. Mas uma das características da cobrança dos direitos reais era que esta teria que ser feita com grande ostentação e cerimonial, com o objetivo de marcar a memória coletiva. Isto sucedia, não só para que a autoridade régia não fosse esquecida, mas também para que, no futuro, não houvesse equívocos acerca das quantidades que se tinham de pagar, pois muitas vezes não existiam registos escritos, para além de que a grande maioria dos foreiros era analfabeta, não estando habilitada a decifrar o conteúdo dos mesmos.

Este método é também usado pelos fidalgos senhoriais, sobretudo para marcar na memória coletiva os limites das suas honras. D. Estevão de Molnes, no lugar de Carcavelos, julgado de Faria, onde tinha o seu paço, “apanhou” Martim Vermudes (mordomo de D. Soeiro Gomes de Tougues) a penhorar na sua honra. D. Estevão arrastou-o em redor da honra, gritando bem alto “Aqui é honra”, enforcando-o de seguida⁷⁸.

Estando, pois, os direitos reais espalhados por todo o território do Reino, tornava-se necessária a existência de uma grande e eficaz máquina administrativa que garantisse o mínimo de erro na cobrança de direitos e imposição do poder do rei e senhor. Este aparelho administrativo disperso pelo território era constituído por inúmeros funcionários régios, entre os quais se destacam os mordomos. Estes, por norma, são recrutados pelo monarca nas comunidades locais, dado que são os que possuíam, por certo, um melhor conhecimento das zonas em que iam exercer a sua função. Os mordomos passavam o ano a fazer visitas aos foreiros, em todos os locais onde o rei tivesse direitos a receber. Esta função era incómoda para os camponeses, mas também para os senhores, que, por isso, recorriam à usurpação para aumentar os seus domínios e viam no mordomo um entrave à sua política de expansão de poder.

Por norma, os documentos não revelam quem eram estes funcionários régios, embora encontremos alguns que nos indicam o seu nome, como é o caso da violência exercida na freguesia de Santa Marinha da Portela (c. Vila Nova de Famalicão), no julgado de Vermoim. Existia aqui uma casa que

⁷⁸ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 519.

chamavam Portela de Estevão Gonçalves, que tornava toda a freguesia honrada (nela estando inseridos reguengos, igrejas, mosteiros e herdades), onde Aires Portela⁷⁹ matou um mordomo, de nome Lourenço, e um porteiro. Isto sucedeu no tempo de D. Sancho II, sendo que, a partir daí, nunca mais alí entraram oficiais régios⁸⁰. Outro caso é o de Rodrigo Afonso Capão que, em Covelas, no julgado de Lafões, feriu um mordomo chamado Vicente Fernandes⁸¹. Ainda no julgado de Paiva, em Rodrigães, Soeiro Anes de Paiva e Fernão Anes mataram os mordomos Garcia Anes e Pero Crespo, respetivamente⁸².

D. Dinis, consciente dos ataques perpetrados contra os mordomos e porteiros, vai legislar no sentido de proteger estes oficiais⁸³.

A violência exercida contra lavradores foreiros do rei, ou contra o seu gado, pode ser vista como uma forma de desafio, ou uma afirmação de poder numa determinada região. Segundo a narração de um jurado, no julgado do Prado, nas freguesias de São Martinho e de Santa Maria de Galegos, Paio Soares apropriou-se do lugar de Estêvão, pertencente a lavradores foreiros do rei, e fez aí uma quintã e o seu paço – honrando, desta forma, não apenas esse lugar, mas, também, cinco das freguesias à sua volta. Em face deste caso, o rei mostra-se extremamente duro, obrigando a que fossem devassadas todas as terras honradas por Paio Soares⁸⁴. Na maior parte dos casos de violência contra foreiros do rei, as terras tornam-se devassas (ao contrário do que se passa contra oficiais régios).

Embora, mais frequentemente, a violência seja exercida pelo mais forte contra o mais fraco, encontram-se documentos que provam que poderia ser também exercida entre iguais, concretamente, entre nobres. No julgado de Braga, na freguesia de Pousada, o jurado Silvestre Miguéis, morador em Braga, descreve uma situação em que um nobre português, D. Martim Pais da Ribeira⁸⁵, compra a quintã de Antonhães a um vilão de nome Oveco e faz dela honra. Posteriormente, esta quintã foi destruída e queimada por Fernando

⁷⁹ Não se percebe com clareza qual seria a ligação entre Aires Portela e Estevão Gonçalves.

⁸⁰ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 580.

⁸¹ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 599.

⁸² *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 403.

⁸³ *Livro das Leis e Posturas*, ed. Nuno Espinosa Gomes da Silva e Maria Teresa Campos Rodrigues, Lisboa, Faculdade de Direito, 1971; Armando Luís de Carvalho Homem, “Dionisius et Alfonsus, dei gratia reges, et communis utilitatis gratia legiferi”, *História. Revista da Faculdade de Letras*, 11 (2019), p. 11-110.

⁸⁴ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 366-367.

⁸⁵ Casado com Maria Pais de Valadares, foi um rico-homem de D Afonso II e de D. Sancho II, responsável pelo governo da terra de Lanhoso, entre 1222 e 1236. É constantemente referido pelos jurados de 1288, devido aos bens que possuía nos julgados de Braga, Vieira, S. João de Rei, Lanhoso, Rossas e Guimarães.

Guterres, um nobre galego, desavindo com D. Martim. Este fidalgo, a fim de resolver a situação, pede auxílio ao arcebispo de Braga⁸⁶, que expulsa o nobre galego, alegando que Antonhães era couto seu. Porém, o jurado afirmava que o mordomo do arcebispo entrava, no entanto, em toda a freguesia, exceto na quintã de Antonhães. Facto é que, após a resolução do conflito, o arcebispo passou a exigir as rendas desta quintã. Nas sentenças, o rei manda que se mantenha a honra da quintã de Antonhães, enquanto for de fidalgo, pelo que o mordomo do arcebispo apenas poderia entrar nos casais à sua volta⁸⁷.

O confronto entre poderes era constante, razão pela qual são muitas e diversas as violências exercidas pela nobreza contra membros da igreja. No julgado de Refóios de Riba d’Ave, no couto do mosteiro de Roriz, o pai de Martim (Gomes) Correia⁸⁸ comprou, no tempo de Afonso II, um herdamento a um lavrador, de nome Mem Eirigues, foreiro do mosteiro, e dele fez honra. Para consumir a honra, o pai de Martim Correia, Gomes Peres Correia⁸⁹, matou dois priores do mosteiro que deixaram de ali enviar o seu mordomo⁹⁰.

2.5. Quando é exercida a violência

Se é verdade que sabemos quando é que os relatos dos episódios de violência foram feitos (ao tempo de D. Dinis, em 1288), não conhecemos a data da maior parte das ocorrências. Porém, os elementos de datação oferecidos pelos jurados não nos permitindo apreender a data exata dos atos, possibilitam situá-los no período de governação deste ou daquele rei, ou seja, na maior parte dos casos, no momento da formação da honra⁹¹.

⁸⁶ O arcebispo de Braga é identificado no documento como sendo D. Silvestre [Godins] (1229-1240).

⁸⁷ J *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 443.

⁸⁸ Cavaleiro criado na freguesia de Vila Cova, do julgado de Felgueiras. Em 1300 e em 1301 aparece referido como vassalo de D. João Fernandes de Lima III. J. A. Sottomayor Pizarro, *Linhagens Medievais...*, cit., vol. 2, p. 1000.

⁸⁹ Cavaleiro da família dos Correias, que passou por Castela, na companhia de seu irmão D. Paio Peres, Mestre de Santiago. Em 1243, confirma uma doação feita em Toledo pelo infante D. Afonso, futuro Rei Sábio, a favor daquela Ordem, sendo nesse mesmo ano nomeado tenente do castelo de Cieza. Criado no julgado de Faria, também teve bens no julgado de Aguiar de Pena, que, em 1258, estavam na posse dos seus filhos. *Ibidem*, p. 999.

⁹⁰ Neste caso, o rei prefere não interferir, deixando a honra como está, pedindo ao prior do mosteiro para dizer se estava interessado em recuperá-la. *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 9-10.

⁹¹ A ação violenta por parte dos senhores marca uma posição de poder sobre a terra. No caso de a violência ser contra oficiais régios, é comum a expressão “*e nunca mais lá entrou mordomo*”. Este facto está bem explícito num documento que relata um caso passado no julgado de Cabeceiras

Para esse efeito, existem, pois, referências a atos de violência perpetrados à época de D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Dinis ou ao tempo do Conde (D. Gonçalo Garcia de Sousa) e de Gil Vasques [de Soverosa].

Após a análise dos dados recolhidos, podemos afirmar que 8,93% dos casos se passam no tempo de D. Sancho I, 14,23% no tempo de D. Afonso II, 19,64% no de D. Sancho II, 21,43 % no de D. Afonso III, enquanto no de D. Dinis 17,86% das ocorrências. Para além desses, anote-se que as datações por referência ao tempo do Conde e de Gil Vasques completam 5,36%, enquanto 12,50% não têm qualquer identificação temporal.

Decorre, claramente, de quanto analisámos, que a grande maioria dos casos de violência relatados nas Inquirições de 1288 sucederam no tempo de D. Afonso III, provavelmente devido à instabilidade social que se viveu no reino durante algum tempo. Por um lado, foi com um período de guerra civil (1245-1247) que se abriu o seu reinado; por outro lado, seguiu-se-lhe a guerra da Reconquista para ultimar o processo de constituição territorial do reino; e, como corolário, também o ulterior processo de reorganização político administrativa do Reino, gerando uma numerosa pequena nobreza à procura do seu espaço, concomitantemente com uma grande nobreza preocupada com os ataques da coroa aos seus interesses, concorriam para esse clima de instabilidade e violência. E todos esses fatores contribuíam para que os senhores assumissem uma maior tendência para o abuso e para um maior desrespeito pelo poder régio. Não podemos esquecer que o período imediatamente anterior, o de Sancho II, foi marcado por uma falta de autoridade por parte do monarca.

A já aludida falta de referenciação temporal na documentação analisada poderá ter várias explicações: os jurados não se recordarem de quando foram praticados os atos de violência, nem quando foi formada a honra; a possibilidade de terem sido praticados pouco tempo antes da presença dos inquiridores (reinado de D. Dinis), razão por que não havia necessidade de uma identificação temporal; ou por simples esquecimento dos inquiridores de perguntarem ou anotarem essa informação.

São, porém, escassas as testemunhas que atribuem uma data precisa aos acontecimentos, o que ocorre apenas em dois casos. Uma delas é a já conhecida situação passada no Julgado de Valadares, no lugar de Tornar, onde D. Mem Afonso apanha um mordomo e o ata ao rabo do cavalo, arrastando-o em torno

de Basto, na freguesia de São João de Cavez, em que o lugar de Pombeiro era foreiro do rei. O jurado diz claramente que, desde que D. Mendo (provavelmente D. Mendo Gomes de Basto) matou o mordomo do rei, a terra ficou honrada. *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 663.

da honra⁹² – o jurado remete o acontecimento para 70 anos antes. Não podemos, todavia, esquecer que nesta altura, o homem tinha uma diferente noção do tempo e da contabilização do mesmo. Excetuando quando um tabelião ou notário apõem a data num documento, sempre, os jurados, ou os homens em geral, indicam, para datar, anos arredondados: 20, 30, 40... , 70 anos, sem que possamos crer que estão a datar com rigor. Já na situação passada no julgado de Ponte de Lima e Terras de São Martinho, D. João Gonçalves de Sousa⁹³ matou um porteiro, quando fez a sua casa, 15 anos atrás. Esta é já uma situação menos vulgar, pois datar de há 15 anos, induz a pensar que estamos perante uma datação rigorosa. E, justamente, porque é muito recente, enquanto só se poderia recordar mesmo de um facto ocorrido há 70 anos alguém que, sendo criança, fosse marcado por algo muito insólito.

O uso, como identificador de tempo, da época de D. Gonçalo Garcia de Sousa mostra bem a importância deste rico-homem para a sociedade da altura. D. Gonçalo foi alferes-mor de D. Afonso III e de D. Dinis, tendo exercido também funções de tenente de Barroso, de Neiva, de Celorico de Basto e de Sousa. A partir de 1276, é referenciado como Conde, sendo o único senhor a merecer essa distinção, provavelmente como um título honorífico de concessão régia, ou, como crê Leontina Ventura, talvez por ter recebido efetivamente um condado não definido (cuja carta de concessão não conhecemos), ou, talvez mesmo, o de Barcelos. Não esqueçamos que ele era senhor da terra de Neiva, cuja cabeça era Barcelos⁹⁴. Porém, oficialmente, só em 8 de Maio de 1298 é criado por D. Dinis o condado de Barcelos⁹⁵.

O “tempo do Conde” surge, pois, como elemento de datação em muitos relatos. Por exemplo, no julgado de Vermoim, na freguesia de São Veríssimo da Vila d’Este, (c. Vila Nova de Gaia) o mordomo de Dona Berengária “... deu-lhi muitas paancadas ... e britaron-hi a seleira e a carta ...” a um porteiro que ali tinha entrado “... em tempo do Conde”⁹⁶. Uma outra ocorrência de mordomo ferido e outro morto, por fazer penhoras nos casais de mosteiros e igrejas, é assim narrado: “... en tempo de don Gil Vaasquiz entrou huum moordomo a penhorar nos casaes dos moesteiros e das eigrejas e que o ferio Reymond’ Affonso e en

⁹² *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 21-23.

⁹³ Filho bastardo de D. Gonçalo Garcia de Sousa, muito embora nas diversas inquirições seja referenciado sempre por “filho do conde”. Nasce por volta de 1250. Tem bens no julgado de Ponte de Lima, mais propriamente na freguesia de Brandara. Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte...*, cit., vol. II, p. 711.

⁹⁴ *Ibidem*, p. 709-716.

⁹⁵ J. A. Sottomayor Pizarro, *D. Dinis*, cit., p. 157.

⁹⁶ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/1, p. 578.

tenpo do Conde entrou hy a penhorar huum moordomo polos dereytos del Rey e mandou matar Martim Fernandiz e des enton nunca ala entrou moordomo e tragen'os por onrra"⁹⁷.

Conclusão

Através do que das Inquirições chegou até nós, é possível entender como o poder senhorial se comportava. Conclui-se, por via delas, que os senhores recorriam frequentemente a ações violentas, nomeadamente contra oficiais régios, a fim de fortalecerem a sua posição.

Como afirma Robert Muchembled, a violência “define uma relação de força que visa submeter ou constranger o outro”⁹⁸. Era assim que o poder senhorial se relacionava com os oficiais régios, pelo que é comum encontrar situações em que a afirmação ou criação de uma honra acontece com recurso a atos de violência. Nas Inquirições encontramos com frequência expressões como “entrou la mordomo e matou-ho” [ou “feryou ou tirou-lhi os olhos]” e “a partir dali nunca mais la entrou mordomo”.

A violência no contexto senhorial manifesta-se como forma de afirmação e manutenção do poder. Para intimidar, coagir e marcar a memória coletiva, para que ninguém ouse repetir certas ações. Ações violentas que podiam ir da simples agressão ao mais vil homicídio.

A grande maioria dessas ações violentas, que as fontes nos revelam, são exercidas contra oficiais representantes de outros poderes, com principal destaque para o poder régio. Este facto deve-se à luta que o poder real incrementou contra o poder senhorial, mas justifica-se, também, porque as fontes analisadas foram produzidas no seio da Corte, da chancelaria régia em especial.

Neste contexto, é necessário ter sempre presente a ideia de crime na época medieval. Estas ações violentas não são criminalizadas, devido ao contexto em que são praticadas. Nas sentenças não se encontra a responsabilização dos agressores, apenas a legitimidade, ou ilegitimidade, da defesa da sua honra. O facto de a violência ser praticada por senhores que estariam a defender o seu poder, contra o que consideravam ser uma agressão, legitima a violência aos olhos da lei.

Verifica-se que existem linhagens com uma maior tendência para as ações violentas. Destacam-se os Cunhas, os Maias, os Baiões, os Braganças e os

⁹⁷ *PMH/NS – Inq.*, vol. IV/2, p. 107.

⁹⁸ Robert Muchembled, *Uma História da violência...*, cit., p. 17.

Redondos. Estas linhagens, por serem das mais poderosas, são também as mais afetadas pela política régia. Não deixam de sobressair, também, membros de outras famílias que, por norma, mantêm relações de vassalidade com as supracitadas como é o caso dos Fajozes, dos Gulfaros, dos Babilões, dos Bochardos e dos Molnes.

A violência é, pois, comum na sociedade medieval, onde as reações muitas vezes são emotivas e impulsivas, embora também sejam explicadas por ofensas consideradas insultuosas à honra dos agressores. Por outro lado, as políticas dos monarcas de centralização do poder régio, de controlo das usurpações e confirmações das honras, eram consideradas uma afronta à autoridade senhorial, logo, uma justificação para atos violentos.